

Mundos fisicamente possíveis: um estudo sobre o debate Leibniz - Arnauld

RESUMO

O artigo pretende elucidar o conceito de mundos possíveis elaborado por Leibniz quando do debate estabelecido em sua correspondência com Arnauld. Nela, ele concebe que diferentes mundos podem possuir diferentes leis e noções primitivas de ordem a partir do que chama de outros decretos livres possíveis de Deus. É para resolver o problema da liberdade e determinação que Leibniz vai propor o instigante conceito de mundos como diferentes tipos de ordem de acordo com os diferentes desígnios divinos. Nosso objetivo é entender este conceito de mundos fisicamente possíveis.

Palavras-chaves: Leibniz; Arnauld; mundos fisicamente possíveis; noção primitiva de ordem.

ABSTRACT

The paper aims to clarify the concept of possible worlds developed by Leibniz established when the debate in his correspondence with Arnauld. Leibniz conceives different worlds that could have different laws and primitive notions of order from what he calls other possible free decrees of God. It is to solve the problem of freedom and determination that Leibniz will propose the intriguing concept of worlds as different order types according to the different divine plans. Our goal is to understand this concept of physically possible worlds.

Keywords: Leibniz; Arnauld; physically possible worlds; primitive notion of order.

* Jairo Dias Carvalho - Pós Doutor em Filosofia-UFMG. Professor Associado 2 do Programa de Pós-Graduação em Filosofia-UFU. E-mail: jairodc_8@hotmail.com

O debate entre Arnauld e Leibniz:

O ponto de partida de nosso estudo sobre o conceito de mundos possíveis como mundos fisicamente possíveis ou diferentes versões físicas de mundo é o debate entre Leibniz e Arnauld que começa com o que é afirmado no parágrafo 13 do *Discurso de Metafísica* (Leibniz, 1993, p.47-8). Leibniz afirma aí que a noção individual de cada pessoa encerra de uma vez por todas tudo que lhe acontecerá, que nela se vêem as provas *a priori* da verdade de cada acontecimento ou a razão de ter ocorrido um de preferência a outro, que estas verdades, embora, asseguradas, fundamentam-se no livre arbítrio de Deus ou das criaturas, cuja escolha tem sempre suas razões inclinando sem necessitar. Ele diz, ainda, que a noção de uma substância individual conteria, de uma vez por todas, tudo quanto lhe pode acontecer, e que considerando esta noção, nela se podem ver tudo o que é verdadeiramente possível enunciar-lhe, como da natureza do círculo podem ser vistas todas as suas propriedades. Leibniz diz que tal afirmação parece destruir a diferença entre as verdades contingentes e as verdades eternas, não havendo lugar para a liberdade humana, reinando sobre os acontecimentos uma fatalidade absoluta. Mas para que tal não ocorra, é preciso fazer uma distinção entre o certo e o necessário a partir da distinção entre duas espécies de consecução ou conexão, a conexão necessária e a hipotética. Tal distinção é feita a partir da distinção entre as verdades de fato ou contingentes e as verdades eternas. Leibniz diz que as verdades eternas baseiam-se no princípio da contradição e que as verdades contingentes fundamentam-se no princípio da perfeição. É absolutamente necessária aquela conexão cujo contrário implique contradição, como acontece nas verdades eternas, e a outra é necessária hipoteticamente, por acidente, mas é contingente em si mesma, quando o contrário não implica contradição. É certo que algo aconteça a partir da compreensão da noção completa de um indivíduo, mas não é contraditório que ocorra o contrário (Leibniz, 1993, p.48). Então, quando Leibniz diz que é certo, mas não necessário que algo ocorra, está querendo dizer que o contrário do que ocorre é possível e que tal não é contraditório. Ele afirma que a conexão hipotética é fundada não sobre as ideias absolutamente puras e o simples entendimento de Deus, mas sobre os decretos livres Dele e sobre a série do universo. Há uma implicação entre os predicados que completam a noção de um indivíduo e a escolha ou desígnios de Deus sobre as séries das coisas¹.

Leibniz diz que a noção de César compreende tudo acerca dele, que é seguro, mas não necessário o que sucede em conformidade a estas antecipações e que, se alguém fizesse o contrário, não faria coisa em si mesma impos-

¹ É na explicitação da natureza desta conexão que Leibniz vai desenvolver um conceito de mundos fisicamente possíveis com diferentes leis ou noções gerais ou primitivas de ordem.

sível, embora fosse impossível hipoteticamente ou relativamente que tal aconteça (Idem). Na noção de César estaria a razão das suas ações, mas elas não seriam necessárias em si, nem o contrário delas implicaria contradição e que, assim, como é razoável que Deus faça sempre o melhor, o que é menos perfeito não implica contradição. Ele diz ainda que a demonstração da conexão entre os predicados de César, suas ações e sua noção não é absoluta como as verdades eternas da geometria, mas supõe a série de coisas livremente escolhidas por Deus, e está fundada sobre o primeiro decreto livre divino, que estabelece fazer sempre o mais perfeito, e sobre o decreto feito por Deus, depois do primeiro, a propósito da natureza humana, que o homem fará sempre, embora livremente, o que lhe parece melhor. Leibniz diz que:

Todas as verdades fundadas nesses tipos de decretos são contingentes, apesar de certas, porque esses decretos não mudam a possibilidade das coisas e ainda que Deus seguramente escolhesse sempre o melhor, tal não impede o que é menos perfeito de ser e continuar possível em si, embora não aconteça, porque não é sua impossibilidade, mas sim sua imperfeição, que o faz ser rejeitado. Nada cujo oposto é possível é necessário (LEIBNIZ, 1993, p. 48).

Inicialmente e por causa dessas afirmações começa a correspondência de Arnauld com Leibniz. Na carta de 13 de março de 1686 (LEIBNIZ, 1993, p. 83-4) Arnauld repete o que era afirmado por Leibniz acerca da noção completa e individual de cada pessoa ou de uma substância envolver ou encerrar uma vez por todas tudo o que lhe acontecerá e onde se vê as provas *a priori* da verdade de cada acontecimento ou a razão de ter ocorrido um de preferência a outro. Caso isto seja verdadeiro, Arnauld diz a Leibniz (LEIBNIZ, 1993, p. 83) que Deus foi livre para criar ou não criar Adão, mas supondo que tenha querido criá-lo, tudo o que acontecesse depois ao gênero humano e o que de uma vez por todas lhe acontecerá, deverá acontecer por uma necessidade mais que fatal, porque a noção individual de Adão envolveria que tivesse um determinado número de filhos e a noção individual de cada um deles, tudo que eles fariam, e todos os filhos que teriam, e assim em sequência. Não haveria mais liberdade em Deus no que diz respeito a tudo isso, supondo que Deus tenha querido criar Adão, diz Arnauld.

Leibniz responde numa carta seguinte (LEIBNIZ, 1993, p. 85-89) retomando os argumentos de Arnauld. Ele afirma que tinha dito que a noção individual de cada pessoa encerrava de uma vez por todas tudo o que lhe acontecerá e que Arnauld tirara como consequência dessa afirmação, que tudo o que acontece a uma pessoa e mesmo ao gênero humano deve acontecer por uma necessidade mais que fatal, como se as noções ou previsões tornassem as coisas necessárias e como se uma ação livre não pudesse ser compreendida na noção ou vista perfeita que Deus tem da pessoa a quem ela pertence. Leibniz diz que Arnauld confunde necessidade hipotética ou *a posteriori* e necessi-

dade absoluta, que sempre distinguiu entre o que Deus é livre de fazer absolutamente e entre o que é obrigado a fazer em virtude de certas resoluções já tomadas e que Deus não faz nada que não tenha já considerado no todo. Leibniz diz ainda que é indigno de conceber Deus como um homem que toma resoluções segundo as ocorrências e que em um determinado momento não seria mais livre para criar o que acha bom, como se suas primeiras resoluções no que diz respeito a Adão ou a outros, não encerrassem já uma relação no que diz respeito à posteridade de Adão e a toda sequência do universo, já que tudo está de acordo com o que Ele regrou de toda a eternidade, sem que isso diminua sua liberdade (LEIBNIZ, 1993, p. 87).

A objeção de Arnauld, segundo Leibniz, separa as vontades de Deus umas das outras, pensamento do qual discorda afirmando que elas possuem uma relação de conjunto. Não se pode considerar a vontade de Deus, de criar tal Adão, destacado de todas as outras vontades que tem a respeito aos filhos de Adão e de todo o gênero humano, como se Deus primeiramente fizesse o decreto de criar Adão sem nenhuma relação à sua posteridade e isso retirasse a liberdade de criar a posteridade de Adão como lhe parece. Leibniz diz que é preciso considerar que Deus escolhe não um Adão vago, mas tal Adão donde uma perfeita representação se encontra entre os seres possíveis nas ideias de Deus, acompanhado de tais e tais circunstâncias individuais e, que, entre seus predicados havia também aquele de ter com o tempo tal e tal posteridade. Deus escolhendo tal Adão, já considerou sua posteridade e escolhido ao mesmo tempo um e outro (*Idem*). Leibniz diz que é assim tal como um príncipe escolhe seus generais sabendo que cada um deles escolherá seus coronéis e capitães, não perdendo, por isso, sua liberdade de escolha. Deus também não perde sua liberdade quando escolhe um determinado Adão (*Ibidem*). Mas, para Arnauld Deus perde porque pensa que depois de escolher tal Adão Ele não pode mais agir. Mas, Leibniz diz que é preciso considerar em Deus uma vontade mais geral, mais compreensiva, que Ele tem no que diz respeito a toda a ordem do universo, pois o universo é como um todo que Deus penetra de uma só vista. Esta vontade compreende virtualmente as outras vontades sobre o que é neste universo, sobre o que entra neste universo, e sobre aquela de criar tal Adão ao qual se reporta a sequência de sua posteridade, que Deus também escolhe:

Quanto mais se é sábio, menos vontades separadas haverá e mais haverá vontades ligadas e compreensivas. Cada vontade particular encerra uma relação a todas as outras a fim de que sejam combinadas o tanto quanto possível. (LEIBNIZ, 1993, p. 88).

O que podemos destacar nessa argumentação inicial é que Leibniz concebe que Deus considera a totalidade e não indivíduos ou particularidades quando decide criar o mundo e que tal criação depende de uma escolha entre

alternativas mais gerais. Deus é livre para escolher e criar, mas a partir de sua decisão, os acontecimentos seguem certa necessidade, que é condicional, ou seja, dependente da decisão feita acerca do todo. Tal decisão é contingente e depende da vontade livre de Deus. A necessidade do que acontece ou da série de acontecimentos depende de uma decisão livre de Deus acerca da totalidade. A decisão de criar um primeiro homem envolve uma decisão acerca da sua posteridade e da série de acontecimentos que estariam implicados na ideia desse primeiro homem. A decisão de criar Adão, o primeiro homem, envolve uma totalidade de coisas e determinada posteridade dele, ou o que seria o mesmo, envolve a sequência de Adão ou dos acontecimentos humanos. Destacamos que Leibniz diz que a vontade de criar Adão estava relacionada à vontade de criar determinado universo. A vontade divina compreende o que deve estar no universo, Adão e sua sequência, considerando qual ordem do universo será criada.

Vamos retomar a correspondência com Arnauld. Leibniz envia outra carta (LEIBNIZ, 1993, p. 91.) reafirmando que a noção ou consideração individual de Adão encerra tudo o que lhe deve acontecer e à sua posteridade e que dessa consideração Arnauld afirmara que Deus não teria mais liberdade no que diz respeito ao gênero humano. Para Leibniz tal objeção parece considerar Deus como um homem que toma resoluções segundo as ocorrências, ao passo que Deus, para ele (Leibniz), prevendo tudo e regrando todas as coisas de toda a eternidade, escolheu de início toda a sequência e conexão do universo, e por consequência não um Adão todo simples, mas um tal Adão, donde previa que ele faria tais coisas e que teria tais filhos, sem que sua providência, regrada desde sempre, fosse contrária à Sua liberdade. Leibniz diz ainda que todo homem, que age sabiamente, considera todas as circunstâncias e ligações da resolução que toma e isto seguindo a medida da sua capacidade e que Deus, vendo tudo perfeitamente e de uma só vista, não pode não haver tomado suas resoluções conforme tudo o que viu e não pode escolher um Adão, sem considerar e resolver, também, tudo o que tem de conexão com ele e como consequência, que é ridículo dizer que esta resolução livre de Deus lhe corta sua liberdade (Idem). Deus não quer isto e depois aquilo, mas um todo.

Na sequência Arnauld responde a Leibniz tecendo duras críticas às considerações anteriormente feitas (LEIBNIZ, 1993, p. 96). Ele vai dizer qual é a dificuldade que encontrou na proposição de que a noção individual de cada pessoa encerra de uma vez por todas tudo o que lhe acontecerá. Ele diz que se seguisse da concepção que a noção individual de Adão encerrasse que teria tais filhos e que a noção individual de cada um desses filhos encerrasse tudo o que farão e todos os filhos que terão, e assim em seguida, se poderia inferir que Deus foi livre para criar ou não Adão, mas supondo que Deus tenha querido criá-lo, tudo o que acontecerá depois ao gênero humano é devido e deverá acontecer por uma necessidade fatal. Arnauld diz, também, que não confundiu

necessidade hipotética e necessidade absoluta, porque fala da necessidade hipotética e que acha estranho que todos os eventos humanos sejam também necessários hipoteticamente, a partir da suposição que Deus tenha querido criar Adão. Arnauld diz que o que Leibniz respondera não resolve sua dificuldade. Ele retoma algumas considerações feitas por Leibniz, a primeira onde este dizia que sempre distinguiu entre o que Deus é livre de fazer absolutamente e entre o que é obrigado a fazer em virtude de certas resoluções já tomadas, o que Arnauld acha correto. A segunda, onde Leibniz dizia que não é digno de Deus concebê-lo, sob o pretexto de manter a liberdade, como um homem que toma resoluções segundo as ocorrências, o que Arnauld também concorda. E a terceira, onde Leibniz dizia que não se pode destacar as vontades de Deus, pois elas possuem relação com o conjunto e, que também não é preciso considerar a vontade de Deus de criar um tal Adão, destacada de todas as outras, no que diz respeito aos filhos de Adão e de todo o gênero humano, o que também Arnauld está de acordo, mas ele não vê como tudo isso resolve sua dificuldade, já que parece que imagina que Deus possa intervir temporalmente no mundo a cada vez que desejar. Ele diz que não compreendeu que a noção individual de cada pessoa encerrava de uma vez por todas tudo o que lhe devesse acontecer e que Leibniz tivesse entendido essa pessoa enquanto ela é no entendimento divino e não enquanto ela mesma (Leibniz, 1993, p.95). Arnauld diz que permanece de acordo que o conhecimento que Deus tenha tido de Adão, quando resolveu criá-lo, encerrava tudo aquilo que devia acontecer-lhe e tudo o que aconteceu e deveria acontecer à sua posteridade e, assim, tomando neste sentido a noção individual de Adão, sua crítica seria correta (em relação à liberdade divina, já que Deus seria constrangido, mesmo que por necessidade hipotética, pela sua decisão inicial a não criar mais nada que já não estivesse implicado na ideia de tal Adão que Ele decidiu criar). Isto porque o conhecimento que Deus tinha de Adão antes de criá-lo estava baseado na ideia de Adão entre os seres possíveis e nessa ideia já haveria a relação de Adão à sua posteridade (ou seja, sua determinação) e, então, quando Deus resolveu criá-lo, o que acontece a Adão é devido à decisão e escolha divina de atualizar esta ideia e, então, a sequência de eventos que sucede a Adão e ao gênero humano segue uma necessidade, senão fatal, pelo menos hipotética e condicional. Mesmo isto espanta Arnauld, ainda que concorde que a vontade de Deus de criar Adão não possa ser separada daquela de criar o que acontecerá a ele e à sua posteridade.

Mas, aí surge o problema, Arnauld demanda a Leibniz se a ligação entre os objetos, Adão, de um lado, e tudo o que deveria acontecer tanto a ele, quanto à sua posteridade, de outro, é tal por ela mesma, independente de todos os decretos livres de Deus, ou se ela é dependente, quer dizer, se a conexão não se dá senão em consequência dos decretos livres, pelos quais Deus ordenou tudo que aconteceria a Adão e à sua posteridade ou se há, independente destes

decretos, entre Adão de uma parte e tudo o que lhe aconteceu e acontecerá a ele e à sua posteridade, de outra, uma conexão intrínseca e necessária (Leibniz, 1993, p.96). Arnauld diz, também, que sem considerar que há uma conexão intrínseca e necessária entre Adão, de um lado, e o que acontece a ele e à sua posteridade, de outro, independente dos decretos divinos, não se pode conceber como verdadeiro, que a noção individual de cada pessoa encerra de uma vez por todas tudo o que lhe acontecerá e tomando esta noção em relação a Deus. Arnauld diz que Leibniz pensa, que segundo nossa maneira de conceber e não da maneira como Deus concebe, que as coisas possíveis são possíveis antes de todos os decretos livres de Deus, de onde se segue que o que é encerrado na noção das coisas possíveis o é independentemente de todos os decretos livres divinos. Arnauld diz que Leibniz afirmara que Deus encontrou entre as coisas possíveis, um Adão possível acompanhado de tais circunstâncias individuais, e que entre outros predicados tinha, também, aquele de haver com o tempo tal posteridade, portanto, Deus encontrou nas ideias dos seres possíveis um Adão determinado. Há, então, para Leibniz, segundo Arnauld, uma conexão ou ligação intrínseca e independente de todos os decretos livres de Deus, entre este Adão possível e todas as pessoas individuais de toda sua posteridade, e não somente as pessoas, mas geralmente de tudo o que lhe deverá acontecer. E isto, para Arnauld é incompreensível, porque parece que, para ele, Leibniz quer que o Adão possível, que Deus escolheu de preferência a outros Adãos possíveis tenha a mesma ligação com toda a posteridade que o Adão criado, e então, o mesmo Adão é considerado tanto enquanto possível quanto enquanto criado. As possibilidades seriam, então, anteriores aos decretos divinos e já se apresentariam determinadas à escolha divina. Vamos considerar o significado da dificuldade de Arnauld.

Arnauld quer saber se 1 - a relação, ligação ou conexão entre Adão ou noção individual, de um lado, e o tudo o que deve acontecer a ele e à sua posteridade, de outro, é ou intrínseca, isto é, se a relação da noção individual e a série de seus acontecimentos é uma relação interior, no sentido de que suas séries estão incluídas na noção individual ou se é extrínseca, no sentido em que os acontecimentos não dependem da noção individual, mas de outros fatores; 2 - se tal relação, intrínseca ou não, é contingente ou necessária, isto é, se tal relação é hipotética, condicional e, portanto, poderia ser outra, isto é, se da noção individual poderia decorrer diferentes séries de acontecimentos ou se é necessária; 3 - se tal relação é por si mesma, no sentido em que de tal noção segue-se tais séries de acontecimentos independentemente de todos os decretos livres de Deus ou se tal relação é dependente e, portanto, se o que se segue da noção individual depende do que Deus decretou sobre a série do mundo e sobre Adão.

Qual é a posição de Leibniz? Para Arnauld, Leibniz defenderia que haveria independentemente dos decretos livres de Deus, entre Adão e sua poste-

ridade, uma conexão intrínseca e necessária porque Leibniz dissera que antes de criar Adão, Deus o dividiu entre as ideias dos seres possíveis. Para Arnauld, Leibniz defenderia que a relação entre a noção individual e seus acontecimentos seria interior, o que implicaria que de tal noção individual se seguiria determinados acontecimentos; e que seria necessária, o que implicaria que não poderia ser outra do que é e seria independente dos decretos livres de Deus. Isto permitiria compreender, segundo Arnauld, a afirmação de Leibniz de que a noção individual de cada pessoa encerra o que lhe acontecerá de uma vez por todas, pois fora dito que essa noção fora entrevista por Deus nas ideias dos possíveis. O que está encerrado na noção individual de cada pessoa é a razão da sua série de acontecimentos, a determinação necessária do que lhe acontece e tal razão e determinação não dependem dos decretos livres de Deus já que Leibniz disse que Deus antes de criar o mundo encontrou nas ideias dos seres possíveis, a ideia de um Adão determinado, que Deus encontrou entre as ideias dos seres possíveis um Adão proporcionado à sua sequência e posteridade. Então, segundo Arnauld, pode ser dito que Deus pode deduzir tudo de Adão porque "encontrou" entre os possíveis, nas suas ideias, um Adão determinado e sua sequência. Portanto, a escolha dos possíveis para passarem à existência sucede os decretos livres de Deus de criar o mundo, mas a escolha deles implica que possuem estatuto de realidade antes da escolha e que sua "realidade" independe dos decretos livres de Deus. Arnauld afirma, então, que Leibniz defenderia que a relação entre a noção completa e a série dos seus acontecimentos é intrínseca, necessária e independente dos decretos livres de Deus, já que teria dito que Deus encontrou entre os possíveis um Adão acompanhado de tais circunstâncias individuais e que entre outros predicados tinha também aquele de ter com o tempo tal posteridade. Deus conheceria o que acontece e acontecerá a Adão antes de seus decretos e, por isso, Arnauld suporia que Leibniz concordaria que os possíveis são possíveis antes de todos os seus decretos livres. Vejamos a resposta de Leibniz.

A resposta de Leibniz

Leibniz retoma o que Arnauld teria dito que:

Poderíamos inferir que Deus foi livre para criar ou não Adão, mas que, supondo que Ele tenha querido criá-lo, tudo o que aconteceu depois ao gênero humano foi devido ou deve acontecer por uma necessidade fatal, ou pelo menos que não há mais liberdade em Deus no que diz respeito a tudo isso, supondo que Ele tenha criado Adão... (LEIBNIZ, 1993, p.104).

Leibniz diz que teria respondido que seria preciso distinguir entre a necessidade absoluta e a necessidade hipotética, diz que Arnauld teria replicado que já falava de necessidade hipotética. Leibniz diz que após tal afirmação a

disputa muda de face e diz que o termo de necessidade fatal, o qual se serviu Arnauld, o obrigou a fazer aquela distinção e que agora com o seu acordo tal distinção deixa de ser. Não se disputará sobre palavras, mas quanto à coisa... (LEIBNIZ, 1993, p.104). Leibniz diz que Arnauld também acha estranho que ele (Leibniz) sustente que todos os eventos humanos acontecem por necessidade hipotética, da única suposição de que Deus tenha querido criar Adão.

Leibniz fornece duas respostas: a primeira é que sua suposição não é simplesmente que Deus quis criar um Adão, cuja noção seja vaga e incompleta, mas que Ele quis criar um tal Adão completo e determinado e esta noção individual completa envolve relações à toda sequência das coisas, o que parece concordar Arnauld, já que ele concede que não há uma separação entre todas resoluções de Deus, entre a resolução de criar um tal Adão e a que diz respeito a todas as resoluções no que toca à toda a sequência do universo, assim, como uma pessoa sábia que toma uma resolução, no que diz respeito a uma parte de seu desígnio, a tem toda inteira em vista, e se resolveria da melhor maneira quanto pudesse resolver sobre todas de uma vez (LEIBNIZ, 1993, p.104). A outra resposta é: a consequência em virtude da qual os eventos seguem da hipótese (a decisão de criar Adão e sua posteridade) é bem certa, mas não é sempre necessária metafisicamente, mas frequentemente a consequência não é senão física e supõe alguns decretos livres de Deus, como são as consequências que dependem das leis do movimento ou que dependem do princípio moral que todo espírito estará propenso ao que lhe parece o melhor (LEIBNIZ, 1993, p.105-6). Leibniz diz que:

É verdadeiro que, quando a suposição dos decretos que realizam a consequência é ajuntada à primeira suposição da resolução de Deus de criar Adão, que seria o antecedente, para fazer um só antecedente de todas as suposições ou resoluções, é verdadeiro que, a consequência ocorra. (LEIBNIZ, 1993, p. 105).

À primeira suposição, a decisão divina de criar Adão é acrescentada alguns decretos e, assim, consequências se seguem desta decisão. A relação entre Adão e sua posteridade não é necessária metafisicamente, mas fisicamente, o que implica que é no plano da existência que encontraremos tal relação e que se ela é tal qual é, o é, condicionalmente, e por isso é contingente já que dependente de alguns decretos de Deus que atualizam tal relação entre Adão e seus acontecimentos, mas também tal relação é dependente de decretos que são acrescentados à resolução divina de criá-lo. A resposta de Leibniz a Arnauld é, então, que a relação entre Adão, de um lado, e sua sequência de outro, é intrínseca, mas contingente já que depende de alguns decretos divinos diferentes do decreto de criar Adão.

Em seguida, Leibniz diz que considerará, também, as réplicas feitas em carta anterior por Arnauld (LEIBNIZ, 1993, p.105). Ele diz que Arnauld tomou

sua opinião de que todos os eventos de um indivíduo se deduziriam de sua noção individual, da mesma maneira e com a mesma necessidade que deduziríamos as propriedades da esfera de sua noção específica ou definição. Tal consideração parece considerar que a relação entre as propriedades e noção individual é necessária já que a escolha de Deus é feita após contemplar os possíveis, nos quais já haveria uma ligação necessária entre os predicados e a noção individual e que tal necessidade seria a mesma observada na relação entre a noção da esfera e suas propriedades. O problema para Leibniz é que não podemos pensar o estatuto da relação entre Adão, de um lado, e sua posteridade, de outro, como necessária, como sendo a mesma que haveria entre uma esfera e suas propriedades. Leibniz diz que Arnauld não se lembraria dos cartesianos que sustentavam que Deus estabelece por sua vontade as verdades eternas, como aquelas que tocam a propriedade de uma esfera, mas diz que não é essa a sua posição e por isso será preciso compreender de outra maneira a relação entre a noção de uma substância individual e aquela da noção específica da esfera.

Leibniz diz que a noção de espécie não encerra senão as verdades eternas ou necessárias, mas a noção de um indivíduo encerra possivelmente o que é de fato ou o que se relaciona à existência das coisas no tempo e, por consequência ela depende de alguns decretos livres de Deus, considerados como possíveis, porque as verdades de fato ou de existência dependem dos decretos divinos (LEIBNIZ, 1993, p.105-6). Leibniz diz que:

A noção da esfera em geral é incompleta ou abstrata, quer dizer, se considerarmos a essência da esfera em geral ou em teoria, sem considerar as circunstâncias singulares conseqüentemente ela não encerrará nada do que é requerido para a existência de certa esfera, mas a noção de esfera deve ser preenchida e encerrar tudo o que pertence ao sujeito dessa forma. Isto porque nas considerações individuais ou de prática contrariamente à forma da esfera, há entre a matéria da qual ela é feita, o lugar, o tempo e as outras circunstâncias um encadeamento contínuo que envolveria enfim toda a seqüência do universo, se pudéssemos perseguir tudo o que essas noções encerram, porque a noção desta partícula de matéria donde esta esfera é feita envolve todas as modificações ou mudanças que ela sofrerá um dia, como cada substância individual contém sempre traços do que sempre lhe acontece e marcas do que sempre lhe acontecerá (LEIBNIZ, 1993, p. 106).

Já a noção individual é completa porque implica o decreto divino possível de torná-la existente atualmente e para isso lhe é acrescentada determinações em relação às circunstâncias, à seqüência do universo, ao tempo e ao espaço, que seriam determinações diferentes daquela de uma esfera em geral. Também a noção específica da esfera, para ser atualizada dependeria desses decretos. A noção completa individual seja a de Adão ou de uma esfera depende da inclusão nas suas noções de alguns decretos livres de Deus.

Leibniz, a partir disso, considera o problema do estatuto da relação entre os predicados e a substância e da relação entre eles e os decretos de Deus (Leibniz, 1993, p.106). Ele diz que Arnauld declara que tomando a noção individual de uma pessoa em relação ao conhecimento que Deus teve dela, quando resolveu criá-la, o que ele, Leibniz, disse sobre essa noção seria correto e que Arnauld também concordaria que a vontade de criar Adão não poderia ser separada daquela que tivesse ao que diz respeito ao que lhe aconteceu e à sua posteridade. Mas segundo Leibniz, Arnauld questiona, ainda, se a ligação entre Adão e os acontecimentos de sua posteridade é dependente ou independente dos decretos livres de Deus, quer dizer, segundo o que Arnauld entende, afirma Leibniz, se não é senão em consequência dos decretos livres de Deus pelos quais Ele ordenou tudo o que aconteceria a Adão e à sua posteridade, que Deus conhece o que lhe acontecerá ou se há independentemente destes decretos, entre Adão e os acontecimentos supracitados, uma conexão intrínseca e necessária. E, portanto, Ele conhece Adão antes de decretar tudo o que acontece a ele. Ou o conhecimento que Deus teve de Adão, da relação de Adão à sua posteridade, ao resolver criá-lo depende dos decretos livres ou a conexão entre Adão e seus predicados é intrínseca, necessária e independente dos decretos livres divinos, o que implica que a relação ou conexão entre Adão e sua posteridade é dada a Deus nas ideias dos seres possíveis e por isso Ele conhece Adão e decide criá-lo. Para Arnauld a filosofia de Leibniz estaria encerrada na segunda opção porque sua filosofia considera a noção individual de Adão como possível, sustentando que entre uma infinidade de noções possíveis Deus escolheu aquela de tal Adão e que esta filosofia consideraria que as noções elas mesmas não dependem dos decretos livres de Deus (Leibniz, 1993, p.106). As verdades de fato dependem dos decretos divinos de criar o mundo ou já estariam dadas e seriam determinadas nas ideias dos possíveis que Deus entrevira?

Arnauld diria que haveria uma relação entre a noção específica de uma esfera, concebida pelo entendimento divino no âmbito das verdades eternas, segundo Leibniz, e a noção completa de uma substância individual e que Leibniz defenderia que tal noção antecede os decretos livres de Deus, já que o conhecimento dela é ofertado na região dos possíveis à vontade divina, podendo-se concluir que tudo o que acontece, quando tal substância individual é atualizada, depende das conexões que já estavam estabelecidas pelo entendimento divino nas noções individuais entrevistadas por Deus nas ideias dos seres possíveis. Portanto, a conexão entre Adão e sua posteridade é intrínseca, necessária e independente dos decretos livres de Deus e a filosofia de Leibniz afirmaria a 'realidade' dos possíveis antes da edição dos decretos divinos. Mas Leibniz não defende que a relação entre os predicados e sequências e a noção completa da substância individual não dependa dos decretos livres de Deus e que o conhecimento dela antecede seus decretos como se as noções completas fossem noções específicas que dependessem das leis geradas pelas verdades eternas e que seriam ofertadas à escolha divina.

Leibniz se explica mais uma vez (Leibniz, 1993, 106-7). Ele diz que a ligação entre Adão e os acontecimentos humanos não é independente de todos os decretos livres de Deus, mas que também não depende inteiramente deles, como se cada acontecimento não acontecesse ou não fosse previsto senão em virtude de um decreto particular primitivo feito ao seu respeito, mas depende de alguns decretos livres primitivos, chamados de leis do universo, que regeriam as sequências das coisas, os quais sendo contíguos ao decreto livre de criar Adão consumam a consequência... (LEIBNIZ, 1993, p.107). Estes decretos são contingentes. Parece que a decisão de criar Adão implica a edição concomitante de alguns decretos que são incluídos na noção completa de Adão e que somente depois tal ideia é entrevista entre outras, escolhida e atualizada. É tal concepção que precisamos entender na sequência. Também é a primeira vez que Leibniz fala em leis do universo. Quanto à objeção de que os possíveis seriam independentes dos decretos de Deus, Leibniz está de acordo em relação aos decretos atuais, mesmo que tenha consciência que os cartesianos não aceitariam tal ideia. Existem possíveis independentes dos decretos de Deus e possíveis que dependem dos decretos atuais. Leibniz sustenta que as noções individuais possíveis encerram alguns decretos livres possíveis. Por exemplo, se nosso mundo não fosse senão possível ou apenas possível, a noção individual de alguns corpos desse mundo, que envolveria certos movimentos como possíveis encerraria também nossas leis do movimento (que são decretos livres de Deus), mas também somente como possíveis (idem). Há possíveis que são independentes dos decretos atuais, que incluiriam leis do movimento nas noções individuais, mas que, no entanto dependeriam de outros decretos, chamados de possíveis, para passarem à existência e para serem incluídos em outras noções individuais possíveis. Há possíveis que "existem" independentemente dos decretos atuais, ou da vontade divina, mas que para passarem à atualidade dependeriam de alguns outros decretos possíveis, pois as noções individuais possíveis também encerram alguns decretos livres possíveis (por exemplo, as leis do movimento). Também é dito que há possíveis dependentes dos decretos atuais, mas isto significa que dependem deles para serem atualizados e incluídos nas noções individuais possíveis e não enquanto possíveis. Há possíveis que existem independentemente dos decretos atuais, mas que são dependentes de outros decretos tomados como possíveis.

Leibniz diz que, no caso do universo atual, Deus decretou a inclusão das leis do movimento na noção individual possível de Adão. Então, parece que a noção possível individual de Adão é apenas um possível lógico. Os possíveis lógicos não dependem dos decretos livres divinos, mas os possíveis físicos sim. Leibniz afirma que, como há uma infinidade de mundos possíveis, há também uma infinidade de leis, leis próprias a uns, outras a outros e cada individuo possível de cada mundo envolve em sua noção as leis do seu mundo (LEIBNIZ, 1993, p.107). Os mundos possíveis, neste caso, são diferentes versões físicas

do mundo atual. Leibniz diz também que é assim com os milagres e operações extraordinárias de Deus (Idem). Os milagres e as operações extraordinárias de Deus, que estão na ordem geral e se encontram em conformidade aos principais desígnios de Deus, estão encerrados na noção deste universo, o qual é um resultado desses desígnios, como a ideia de um edifício resulta dos fins ou desígnios daquele que o empreende. A ideia deste mundo é um resultado dos desígnios de Deus considerados como possíveis porque tudo deve ser explicado por sua causa e aquelas do universo são os fins de Deus (LEIBNIZ, 1993, p.107). Há a inclusão por meio de decretos atuais das leis do movimento, dos milagres e dos desígnios de Deus na noção individual possível de Adão e, então, parece que há uma relação entre a vontade divina que decreta essas inclusões e o entendimento que fornece a ideia de um Adão e é nessa junção que será formada a noção completa de Adão. Leibniz diz que:

Cada substância individual exprime todo o universo segundo uma certa perspectiva e por consequência exprime os ditos milagres. Tudo isso se deve entender da ordem geral, dos desígnios de Deus, da sequência desse universo, da substância individual e dos milagres, seja que os tomemos no estado atual ou que os consideremos *sub ratione possibilitatis*. (LEIBNIZ, 1993, p.107).

Parece que temos que distinguir diferentes tipos de decretos divinos. Há um determinado tipo de decreto diz respeito à inclusão nas noções individuais completas de leis físicas.

Leibniz diz que outro mundo possível teria, também, tudo isso à sua maneira, mesmo que os desígnios do nosso mundo, que incluíram o que se encontra nele, tenham sido preferidos. Leibniz afirma, ainda, que pelo vem de dizer sobre os desígnios de Deus e das leis primitivas pode-se concluir que este universo (o universo atual) possui uma certa noção principal ou primitiva da qual os acontecimentos particulares não são senão consequência, salvo a liberdade e a contingência....porque a certeza dos acontecimentos é fundada em parte em atos livres (LEIBNIZ, 1993, p.107-8). A noção individual de Adão que Deus contemplara antes de decidir criar o mundo ainda não estava completa, era preciso incluir nela as leis do movimento, por exemplo. Será isto que significará a dependência da relação entre o que acontece a Adão, sua noção individual e os decretos livros divinos. É a compreensão do significado de "noção principal ou primitiva do universo" que nos permitirá conceituar o que Leibniz está entendendo por mundos possíveis fisicamente.

Leibniz diz que cada substância individual deste universo exprime, em sua noção, o universo do qual ele entra e, não somente a suposição de que Deus tenha resolvido criar Adão, mas também a suposição de qualquer outra substância individual encerra as resoluções para todo o resto, porque é a natureza de uma substância individual ter tal noção completa de onde se pode

deduzir tudo o que podemos lhe atribuir e mesmo todo o universo por causa da conexão das coisas (LEIBNIZ, 1993, p.108). Então conclui:

Não é tanto porque Deus resolveu criar este Adão que resolve (criar) todo o resto, mas que, tanto a resolução que toma a respeito de Adão quanto aquela que toma a respeito de todas as coisas particulares, é uma consequência da resolução que toma a respeito de todo o universo e dos principais desígnios que determinam a noção primitiva e estabelecem esta ordem geral e inviolável à qual tudo é conforme, sem que precise se excetuar os milagres, que são sem dúvida conforme aos principais desígnios de Deus, mesmo que as máximas particulares que chamamos de leis natureza não sejam sempre observadas (LEIBNIZ, 1993, p. 108).

Leibniz vai, então, mostrar como é que, a partir da nossa maneira de conceber, podemos decifrar alguma ordem nos pensamentos ou operações que atribuímos a Deus (LEIBNIZ, 1993, p.120), para explicar que a ligação entre substância e predicados é intrínseca, mas não necessária, porque fundada nos decretos livres de Deus e atos livres sobre a série do universo e nos seus desígnios e que existem outros desígnios possíveis e, portanto, outras substâncias possíveis que expressariam tais desígnios e decretos livres e que há possíveis que não dependem dos decretos atuais, afirmando com isso sua independência a eles, mas não a decretos possíveis e que a determinação atual de Adão e de sua posteridade depende de uma escolha sobre a série do universo a ser atualizada, mas que tal ideia de Adão não está determinada e que só depois dos decretos livres atuais é que Deus tem uma noção completa dele, já que inclui alguns decretos na sua noção e que os possíveis são independentes da vontade divina, mas não as ideias das totalidades, chamadas primeiramente de universos e depois de mundos e que também os possíveis não são criados pelo entendimento à maneira das verdades eternas cartesianas e não são anteriores ao entendimento e vontades divinas. Ao explicar isto tudo, Leibniz poderá dizer que a relação entre noção e predicados de Adão é hipotética e dependente dos decretos livres de Deus, o que nos permitirá compreender a relação entre decretos, possibilidades e verdades eternas. Qual é, então, a relação entre o que é pensado pelo entendimento e alguns decretos livres de Deus e qual é a relação entre possibilidade, verdade eterna e decreto livre, segundo nossa maneira de conceber as operações divinas?

Os decretos divinos e os mundos possíveis

Na carta do dia 4/14 de julho de 1686, Leibniz retoma as principais objeções de Arnauld e tenta novamente respondê-las, agora de maneira conclusiva. Ele diz que, quanto à proposição "Que a noção individual de cada pessoa encerra de uma vez por todas tudo o que sempre lhe acontecerá", Arnauld tirou como consequência a suposição que Deus tendo resolvido criar Adão, que todo

o resto dos eventos humanos, que aconteceram a Adão e à sua posteridade, seguiria por uma necessidade fatal sem que Deus tivesse mais liberdade de os dispor... (LEIBNIZ, 1993, p.114). Leibniz diz que respondera que Deus a partir dos seus desígnios, no que toca a todo este universo sendo ligados entre si conforme à sua sabedoria, não tomou nenhuma resolução a respeito de Adão sem tomar ou levar em consideração tudo o que possuía alguma ligação com ele:

Não é por causa da resolução tomada a respeito de Adão, mas por causa da resolução tomada ao mesmo tempo a respeito de todo o resto (a qual aquela que é tomada a respeito de Adão envolve uma perfeita relação), que Deus se determina sobre todos os eventos humanos. (Idem).

Leibniz diz que isto não implica necessidade fatal nem nada que seja contrário à liberdade de Deus, não mais que aquela da necessidade hipotética a respeito de Deus mesmo, que executa o que resolveu. Leibniz acredita que a liberdade divina se expressa na escolha que Deus faz de um todo e não na disposição a cada vez dos elementos desse todo no tempo. Deus toma uma resolução sobre o todo e a partir disso cria Adão. Portanto, os acontecimentos são necessários hipoteticamente devidos à escolha de conjunto efetivada por Deus.

Arnauld, segundo Leibniz, estaria de acordo que o conhecimento que Deus teve de Adão, quando resolveu criá-lo, encerrava tudo aquilo que lhe aconteceu, tudo o que lhe acontece e tudo o que acontecerá à sua posteridade e, assim, tomando neste sentido a noção individual de Adão, o que fora dito estava correto. Deus conhece Adão quando resolve criá-lo e por isso sabe o que lhe acontecerá. Mas Arnauld não concordaria que Leibniz considerasse a noção específica de uma esfera em relação àquela que é representada no entendimento divino, mas sim em relação àquilo que é nela mesma e a mesma coisa com a substância individual (Ibidem). Leibniz diz que a noção completa de Adão que Deus conhece não é uma noção específica, que há uma diferença entre a noção das espécies e aquelas das substâncias individuais, ou de preferência entre a vontade divina e o entendimento:

É que as noções específicas as mais abstratas não compreendem senão as verdades eternas ou necessárias que não dependem dos decretos divinos, mas as noções das substâncias individuais, que são completas e capazes de distinguir seu sujeito, que envolvem por consequência as verdades contingentes ou de fato, e as circunstâncias individuais do tempo, do lugar, e outras, devem também envolver em sua noção, tomada como possível, os decretos livres de Deus, tomados também como possíveis, porque os decretos livres são as principais fontes das existências ou fatos, ao passo que as essências são ou estão no entendimento divino antes da consideração da vontade (LEIBNIZ, 1993, p.115).

As substâncias individuais possíveis não são noções específicas que dependeriam das verdades eternas, que são o que são, independentemente da vontade divina, mas completas pois envolvem algo mais do que verdades

eternas, como o tempo, o espaço, os decretos livres de Deus, tomados como possíveis e, assim, as noções das substâncias individuais são mais do que possíveis lógicos ou simples possíveis que dependem do entendimento e das verdades eternas. Ao dizer que Deus conhece Adão antes de criá-lo e que por isso a relação entre sua noção e o que lhe acontece é necessária e independente dos decretos livres de Deus, Arnauld estava tomando a noção de Adão como uma noção específica que dependeria das verdades eternas e do entendimento divino, mas Leibniz ao dizer que a noção completa de Adão envolve e inclui determinações diferentes daquelas das verdades eternas mostrando que tal noção depende, também, da edição dos decretos da vontade divina. É na inclusão destas determinações que Leibniz acredita fazer depender a relação de Adão à sua posteridade aos decretos livres divinos. Por isso fora dito que a resolução que Deus toma a respeito de Adão, quanto aquela que toma a respeito de todas as coisas particulares e aquelas que se referem à posteridade de Adão são uma consequência da resolução que Deus toma a respeito de todo o universo e dos principais desígnios que determinam a noção primitiva e estabelecem a ordem geral e inviolável do universo, o que implica que não é tanto porque Deus resolveu criar 'este' Adão que resolveu criar todo o resto. A ideia de Adão está incluída na ideia do universo que Deus escolheu criar e por isso é dito que a conexão de Adão a seus predicados e acontecimentos depende dos decretos livres de Deus sobre a série do universo escolhida. A noção de substância individual depende e se relaciona à da noção de mundo, que é considerada por Deus. E esta consideração implica a inclusão nessa noção de mundo de algumas determinações, sendo a principal a que Leibniz chama de noção primitiva do universo que depende do que chama, também, de desígnios primitivos livres e possíveis. Por isso, Adão, enquanto substância individual é uma noção diferente tanto da noção específica que depende imediatamente das verdades eternas, quanto da noção vaga e incompleta, aludida por Leibniz, mas também da noção simples de possibilidade lógica, como aquilo que não implica auto-contradição. A região dos simples possíveis, noções constituídas pelo entendimento divino, se distingue daquela de mundos, onde encontramos a ideia de noção completa de Adão, que depende dos decretos livres divinos. A ideia de substância completa é concebida a partir de um processo diferente daquele que concebe os possíveis lógicos ou as verdades eternas e mesmo as noções específicas que dependem imediatamente das verdades eternas. Então, Leibniz, enfrenta definitivamente a dificuldade relacionada ao estatuto da ligação entre a substância e seus predicados. Ele repete os argumentos de Arnauld:

A minha dificuldade é saber se a ligação entre estes objetos (Adão e os eventos humanos) é tal por si mesma, independentemente de todos os decretos livres de Deus, ou ela é dependente, quer dizer, se não é senão em consequência dos decretos livres pelos quais Deus ordenou tudo o que aconteceria a Adão e à sua posteridade, que fez com que Deus conhecesse

tudo o que lhe acontecerá; ou se há, independentemente destes decretos, entre Adão de uma parte e o que aconteceu e acontecerá a ele e à sua posteridade de outra, uma conexão intrínseca e necessária (LEIBNIZ, 1993, p.115).

Leibniz diz que Arnauld pensaria que ele, Leibniz, escolheria a segunda, porque tinha dito que Deus encontrou entre os possíveis um Adão acompanhado de tais circunstâncias individuais e que entre outros predicados tinha também aquele de ter com o tempo uma tal posteridade. Para Arnauld a ideia do Adão determinado que Deus encontrou nas ideias dos seres possíveis é independente dos seus decretos livres e Deus a conhece antes de editar seus decretos. Por isso, Arnauld poderia supor que ele, Leibniz, concordaria que os possíveis são possíveis antes de todos os decretos livres de Deus. Supondo esta explicação, Leibniz afirma que Arnauld, acreditaria que ele encontraria dificuldades porque haveria uma infinidade de eventos humanos que aconteceriam por outras ordens particulares de Deus e que por isso não se poderia dizer que tudo isso, que acontece pelos decretos livres de Deus, estivesse encerrado na noção individual do Adão possível, que seria considerado como possível antes de ter tudo o que se concebe que ele tem sob esta noção, independentemente dos decretos divinos (LEIBNIZ, 1993, p. 116). Tal dificuldade, segundo Leibniz, precisa ser superada porque não se poderia negar que haja verdadeiramente tal noção plena de Adão, acompanhada de todos os seus predicados e concebido como possível, a qual Deus conhecia antes de resolver criá-lo, pois do contrário Ele resolveria criá-lo antes de conhecê-lo completamente, já que seus decretos teriam participação na ligação de sua noção a seus predicados e acontecimentos.

Leibniz acredita que o dilema da conexão ou ligação pode ser resolvido a partir da concepção de que a ligação entre Adão e os eventos humanos é intrínseca, mas não é necessária independentemente dos decretos livres de Deus, porque os decretos livres de Deus, tomados como possíveis entram na noção do Adão possível, estes mesmos decretos tornados atuais sendo a causa do Adão atual (LEIBNIZ, 1993, p. 116). A noção do Adão possível inclui determinados decretos divinos. Tal noção implica primeiramente a noção de possibilidade lógica pensada por Deus, ou seja, a noção de que Adão não é uma noção autocontraditória, que ele pode ser pensado por Deus e depois, já que a noção de Adão possível não é uma noção específica, mas completa, a inclusão nela dos decretos divinos acerca da totalidade do mundo considerada por Deus. E nesta consideração entra o que Leibniz chama de noção geral principal ou primitiva do universo que depende dos desígnios divinos chamados, também, de primitivos e possíveis, "este universo possui certa noção principal ou primitiva da qual os acontecimentos particulares não são senão sequências, salvo a liberdade e a contingência". A noção geral principal e primitiva determina a ordem geral, as leis primitivas ou de ordem do universo atual e tal noção é dependente dos fins, desígnios e decretos divinos.

Segundo Leibniz os possíveis são possíveis antes dos decretos atuais de Deus, ao contrário da posição cartesiana, que defenderia que são os decretos atuais que determinariam o que é possível ou não. Isto significa que os decretos atuais operam sobre uma base de possíveis lógicos que independem da vontade divina. Mas Leibniz afirma, também, que os possíveis são possíveis antes dos decretos atuais, mas não sem supor algumas vezes os mesmos decretos tomados como possíveis

porque as possibilidades ou verdades contingentes encerram em sua noção a possibilidade de suas causas, a saber, os decretos livres de Deus, no que eles são diferentes das verdades eternas ou possibilidades das espécies, que dependem unicamente do entendimento de Deus sem pressupor a vontade. (LEIBNIZ, 1993, p. 116).

Isto implica que os possíveis lógicos dependem de alguns decretos livres de Deus, para serem pensados, articulados em sistemas compatíveis. Os possíveis lógicos existem enquanto se referem ao entendimento divino que os pensa, mas eles são pensados em relação e por causa de seus decretos. É que Deus pensa interpelado por seus decretos. O exercício do entendimento divino depende da necessidade de seus decretos. Não há, portanto, possíveis lógicos fluando livremente no entendimento divino, mas todos dependem de decretos livres possíveis que os integram às noções primitivas de mundos. As possibilidades se referem aos fins de Deus e através da reflexão de seu entendimento se constituem e se organizam em mundos. Precisamos fazer um desvio para entender como isso se dá.

Leibniz diz que a decisão divina de criar alguma coisa provoca o combate entre os possíveis (LEIBNIZ, 1956, p. 248). Este combate é um conflito de razões, no qual cada uma delas representa uma pretensão à atualização. Tal pretensão envolve a produção conjunta de realidade, perfeição e inteligibilidade. Leibniz diz "alguma coisa" e não mundo, o que mostra uma espécie de indeterminação no combate entre os possíveis, pois Deus concebe criar alguma coisa e não mundo imediatamente, mas não é dito que Deus atualiza "alguma coisa" e sim algo que em conjunto possua mais realidade, perfeição e inteligibilidade, portanto mundo. Será, então, ao final deste combate que poderemos falar de mundos possíveis. A concessão divina é acompanhada de alguns decretos e desígnios. O primeiro estabelece fazer sempre o mais perfeito e se relaciona ao desígnio ou finalidade da comunicabilidade divina². A resolução de estabelecer o mais perfeito e de escolher o melhor é um critério de seleção dos possíveis em combate e "Ainda que Deus seguramente escolha

² Isto é enunciado por Leibniz em várias partes da *Teodiceia*: "Deus age por um fim que é a comunicação da sua bondade". (LEIBNIZ, 1956, p.410); "É a bondade de Deus que o leva a criar, a fim de se comunicar, e esta bondade junta com a sabedoria criou o melhor, isto compreende toda a sequência, e efeito e as vias" (IDEM, p. 265); "Deus age por um fim, seu fim é de comunicar sua bondade" (IBIDEM, p.430).

sempre o melhor, tal não impede o que é menos perfeito de ser e continuar possível em si, embora não aconteça, porque não é sua impossibilidade, mas sim sua imperfeição, que o faz ser rejeitado, por Deus" (LEIBNIZ, 1993, p. 49). Por isso é dito que Deus sempre age com a marca da perfeição ou sabedoria e que nem toda coisa possível alcança a existência.

Algo se atualizaria não por causa de sua natureza, mas em virtude da determinação geral de Deus em criar aquilo que é mais perfeito. A partir deste decreto há a distribuição das possibilidades em uma hierarquia de graus de perfeição e uma escolha do melhor conjunto de possíveis. Este decreto primitivo permite a seleção dos possíveis e sua distribuição em sistemas de mundos: "Júpiter, examinando-as antes do início do mundo existente, classificou, distribuiu, digeriu as possibilidades entre os mundos e escolheu o melhor de todos" (Leibniz, 1956, p. 375). Isto implica que o entendimento divino não conteria antes de tudo e imediatamente as ideias dos mundos possíveis, mas de maneira mais primitiva, possíveis em combate. Implica também que o processo de atualização produz uma limitação através do qual certos possíveis são impedidos de se atualizarem. Antes de criar, Deus forma a ideia das alternativas de criação a partir de uma distribuição dos possíveis em sistemas de mundos.

Para Leibniz não há possíveis sem relação à inteligibilidade do entendimento divino, é isso que ele quer dizer, na correspondência com Arnauld que os possíveis não são quimeras, mas têm realidade no entendimento e potência divinos (LEIBNIZ, 1993, p. 111). Leibniz diz que:

a possibilidade mesma do que não existe atualmente tem o fundamento de sua realidade na existência divina, porque se Deus não existisse, nada seria possível já que os possíveis são de toda a eternidade nas ideias do entendimento divino. (LEIBNIZ, 1956, p. 446).

Os possíveis têm existência em relação a um entendimento divino e esta é uma relação de cognição. Isto significa que os possíveis são tudo aquilo que o entendimento divino pode pensar e conceber: "Para chamar algo ou alguma coisa de possível é suficiente que se possa formar uma noção que estaria no entendimento divino, que é o país das realidades possíveis. (LEIBNIZ, 1993, p. 121). Não existem possibilidades sem sua referência a um campo de inteligibilidade formado pelo entendimento divino.

Não é preciso dizer como alguns scotistas que as verdades eternas subsistiriam quando não houvesse nenhum entendimento, mesmo o divino, porque para mim é o entendimento divino que faz a realidade das verdades eternas, mesmo que sua vontade não seja envolvida. (LEIBNIZ, 1956, p. 236).

Para Leibniz: "Quando Deus age seguindo sua sabedoria, Ele se rege sobre as ideias dos possíveis que são seus objetos, mas que não possuem nenhuma realidade fora dele antes de sua criação atual". (LEIBNIZ, 1956, p. 428). Tais ob-

jetos ou ideias são denominados "concebíveis" e aquilo que informa a sabedoria divina. O entendimento divino fornece à vontade divina, possíveis que se encontram nele. É por que são concebidos pelo entendimento que os possíveis possuem realidade. Leibniz não diz apenas que o entendimento é o país ou região dos possíveis, mas que também é o país ou região das verdades eternas e é esta afirmação que nos permitirá compreender o sentido daquilo que é pensado por Deus.

O entendimento divino é a região das verdades eternas ou das ideias de que estas verdades dependem, como por exemplo, os possíveis, e sem ele não haveria nada de real nas possibilidades, nada de existente, como tampouco nada de impossível. Portanto, é o entendimento que garante a realidade, a verdade e a atualização dos possíveis. Nada pode ser atualizado que não seja possível, nada pode ser possível se não é pensado por Deus e nada pode ser pensado por Ele se não for verdadeiro. É a dependência das possibilidades das verdades eternas que nos permite compreender o significado de uma possibilidade e sua realidade no entendimento divino. Sem as verdades eternas não haveria nada de impossível, portanto, a possibilidade e a impossibilidade de algo decorrem de sua relação às verdades eternas. Mas ao dizer que a verdade e realidade dos possíveis dependem de Deus, Leibniz não quer dizer que eles e nem as verdades eternas são criados como em Descartes. Primeiro porque as verdades eternas são coextensivas e coeternas ao entendimento divino, como em Descartes, e tais verdades não são criadas, como se Deus as criassem como causa a si mesmo, nem tais verdades dependem de Deus para serem verdadeiras, mas elas são em Deus verdadeiras. Como os possíveis são objetos do pensamento divino e dependem das verdades eternas, eles também são coextensivos e coeternos a Deus, desde que objetos do seu pensamento e é isso que os fazem ser reais. Por sua vez a verdade de uma possibilidade, o que a faz enquanto possibilidade e não enquanto impossibilidade depende de sua relação a essa coextensão das verdades eternas a Deus. A existência dos possíveis está condicionada ao fato de Deus pensar e seu pensar é uma cognição de coisas que depende das verdades eternas. Se a realidade dos possíveis depende do fato de Deus pensar, pois ele pode pensar todas as possibilidades, o fato de pensar em possibilidades e não em impossibilidades advém de que seu pensamento se relaciona de alguma maneira às verdades eternas. Os possíveis são idéias que dependem das verdades eternas tanto em relação à sua realidade, como aquilo que determina sua existência, quanto em relação à sua verdade, como aquilo que determina o que é possível ou não, porque o impossível não pode ser pensado.

Na *Teodiceia* Leibniz afirmara que a natureza ideal da criatura, sua imperfeição original estava encerrada nas verdades eternas, que estavam no entendimento de Deus independentemente de sua vontade (LEIBNIZ, 1956, p. 120). Isto implica que a realidade dos possíveis é sustentada por sua relação a um entendimento e não dependente da vontade divina:

A possibilidade ou impossibilidade das essências e o princípio de contradição que fundam as verdades eternas e necessárias não levam em conta a livre vontade divina ou das criaturas. (LEIBNIZ, 1993, p. 49).

Se o possível não depende da vontade divina, mas das verdades eternas e se o possível é o que pode ser pensado por Deus, então, as verdades eternas, coextensivas a Deus, fornecem o critério do que pode ser pensado e, portanto, do possível enquanto realidade e verdade no entendimento divino. Então, o possível, para Leibniz, não é a quimera, domínio do irreal, nem o absolutamente real, domínio das substâncias atuais, mas o domínio da essência possível enquanto o que pode ser cogitado por um entendimento divino. O possível enquanto objeto do entendimento divino é o possível lógico. A verdade dos possíveis é a possibilidade lógica. Esta verdade não tem realidade senão para o entendimento divino que a pensa. Mas Deus não a cria porque não é autor de seu próprio entendimento. O princípio que garante a verdade das possibilidades, seu caráter de “cogitabilidade” é o princípio de não contradição, que é o princípio que opera no âmbito das verdades eternas. É esta a dependência das possibilidades às verdades eternas. Como diz Leibniz: “A dependência das coisas em relação a Deus se estende a todos os possíveis, quer dizer a tudo o que não implica contradição.” (LEIBNIZ, 1956, p. 446).

Os possíveis em combate são possíveis lógicos, enquanto objetos da inteligência divina como aquilo que pode ser concebido porque não autocontraditório. Antes de haver mundos em ideias e havendo Deus concedido criar alguma coisa há possibilidades lógicas ou simples, as essências de todas as coisas que podem ser pensadas enquanto não são autocontraditórias. O decreto de criar o melhor e mais perfeito fornece o critério de seleção desses possíveis lógicos que são articulados em sistemas de mundos. O que implica que a decisão divina considera o que deve ser criado a partir de uma reflexão sobre as essências de todas as coisas e a consideração de suas pretensões à existência. Por isso Leibniz diz que Deus formando o desígnio de criar o mundo, se propôs unicamente manifestar e comunicar suas perfeições da maneira a mais eficaz e a mais digna de sua grandeza, de sua sabedoria e sua bondade, e, que isso o engajou a considerar todas as ações das criaturas ainda no estado de possibilidade (chamada de puro possível) para formar o projeto mais conveniente: “Ele é como um grande arquiteto que se propõe como fim a satisfação ou a glória de construir um belo palácio e considera tudo o que deve entrar nesta construção, a forma, materiais, situação, o lugar, os meios, os operários, os gastos, antes que tome uma inteira resolução” (LEIBNIZ, 1956, p. 152). A decisão ou decreto divino de criar alguma coisa implica uma espécie de autorreflexão do entendimento divino na qual encontra as essências de todas as coisas que podem ser concebidas como não autocontraditórias. Leibniz diz que:

A sabedoria de Deus, não contente em abraçar todos os possíveis, os penetra, os compara, os pesa uns contra os outros, para estimar os graus de perfeição e de imperfeição, o forte e o fraco, o bem e o mal, vai mesmo além das combinações finitas, faz uma infinidade de infinitos, quer dizer, concebe uma infinidade de sequências possíveis do universo, donde cada uma contém uma infinidade de criaturas, e por este meio a sabedoria divina distribui todos os possíveis que entreviu, em sistemas universais... O resultado de todas as comparações e reflexões é a escolha do melhor dentre todos os sistemas possíveis, que a sabedoria fez para satisfazer plenamente a bondade, que é justamente o plano do universo atual. Todas estas operações do entendimento são feitas em conjunto sem que haja entre elas alguma prioridade de tempo (LEIBNIZ, 1956, p.264).

Portanto, podemos dizer que, assim, que Deus concebe criar alguma coisa, seu entendimento, que pensa todas as coisas possíveis e concebíveis é levado a fazer uma reflexão sobre si mesmo, sobre essa infinidade do que é concebível e pensável, sobre essa infinidade dos possíveis. Esta reflexão forma as ideias dos mundos possíveis considerando os elementos que devem ser incluídos neles e as leis que os governam. Leibniz diz que a infinidade dos possíveis é extensivamente igual à sabedoria divina, que conhece todos os possíveis e não os ultrapassa extensivamente, mas que é intensivamente superior por causa das combinações infinitas produzidas pela reflexão divina produzida sobre eles (LEIBNIZ, 1956, p. 264). O entendimento divino abraça todos os possíveis, que são possíveis lógicos, ou seja, essências não autocontraditórias de todas as coisas em todas as variações possíveis, e a realidade e verdade deles depende desta relação. Desde que Deus decide criar, a infinidade simples dos possíveis se multiplica ao infinito por combinação.

A infinidade de infinitudes de todo o pensável é, então, organizada segundo relações de compossibilidade. Isto significa uma articulação dos possíveis em totalidades internamente compatíveis, a distribuição dos possíveis em sistemas coerentes. A partir de seus decretos Deus pensa todas as possibilidades, as organiza em complexos coerentes e às articula em redes de consequências que se implicam. É isto que quer dizer Leibniz quando diz que antes do mundo existente Deus digeriu as possibilidades em mundos e escolheu o melhor de todos.

O mundo atual é escolhido entre outros mundos possíveis, mas antes da escolha divina, as possibilidades são repartidas em mundos a partir de um critério de organização no entendimento divino. Este critério é o princípio de compossibilidade que preconiza a coexistência de possíveis que podem produzir mais inteligibilidade, realidade e perfeição em conjunto. Assim, o entendimento é não somente a região dos possíveis, mas de sua repartição, já que o possível que aí reside é regido por relações de incompatibilidade e de compatibilidade no sentido da sua maior perfeição na existência conjunta. O critério da distribuição e repartição, no entendimento divino, dos possíveis em mundos, segundo sua compatibilidade é a comunicação de Deus ao mundo. Isto explica

porque os possíveis se repartem em mundos, se combinam ou se excluem, ou seja, porque há tais possíveis em relação ou tal sequência, tal série, tais indivíduos. Os outros mundos são excluídos por que não permitem Deus se comunicar perfeitamente. Então, Deus não pensa separadamente os possíveis, mas os distribui em mundos, em relações internas a mundos. Essas relações internas constituem totalidades consistentes nas quais os termos estão implicados uns nos outros. É a partir dessa partilha primitiva que os mundos possíveis serão comparados em vista da criação do melhor. Parece que será preciso fazer uma distinção entre universo e mundo. Um universo possível seria um conjunto infinito de mundos possíveis cada um deles uma sequência possível do Universo. Cada universo possuiria, assim, um decreto ou desígnio primitivo possível do qual dependeria uma noção principal que o conformaria.

Como vimos, Leibniz dizia que:

Havia uma infinidade de maneiras possíveis de criar o mundo segundo os diferentes desígnios que Deus podia formar e que cada mundo possível dependeria de alguns desígnios principais ou fins de Deus que lhes são próprios, quer dizer, de alguns decretos livres primitivos concebidos sob a relação da possibilidade, ou leis de ordem daquele dos universos possíveis, ao qual eles convêm e donde eles determinam a noção e as noções de todas as substâncias individuais, que devem entrar no mesmo universo. Tudo estando dentro da ordem, inclusive os milagres, mesmo que sejam contrários a algumas máximas subalternas ou leis da natureza. (LEIBNIZ, 1993, p.116-7).

Cada conjunto de mundos possíveis envolve um desígnio, ou decreto primitivo, ou noção primitiva ou leis de ordem diferentes. Por isso Leibniz tinha afirmado anteriormente que assim como havia uma infinidade de mundos possíveis, havia também uma infinidade de leis, leis próprias a um, outras a outros, e que cada indivíduo possível de cada mundo envolvia em sua noção as leis do seu mundo e que os milagres e as operações extraordinárias estavam em conformidade aos principais desígnios de Deus, e por consequência que estavam encerrados na noção daquele universo, que seria um resultado desses desígnios, assim, como a ideia de um edifício resulta dos fins ou desígnios daquele que o empreende (LEIBNIZ, 1993, p.107-8). Afirmara também que a ideia deste mundo é um resultado dos desígnios de Deus considerados como possíveis porque tudo deve ser explicado por sua causa e aquelas do universo são os fins de Deus

tudo isso se deve entender da ordem geral, dos desígnios de Deus, e a sequência desse universo, da substância individual e os milagres atuais e possíveis. Por que um outro mundo possível teria também isso à sua maneira, mesmo que os desígnios do nosso tenham sido preferidos" (LEIBNIZ, 1993, p.107).

Assim, podemos dizer que da decisão divina de criar alguma coisa segue o pensamento e constituição da noção completa ou dos sistemas de noções

completas a partir do combate entre todos os possíveis lógicos, que são organizados em noções primitivas de mundos a partir de um conjunto de decretos possíveis. É somente com a finalidade da criação que os possíveis se organizam e que se compõem. Ao decidir criar alguma coisa, decreto livre possível, o entendimento divino, região das verdades eternas e dos possíveis, que contém todas as essências possíveis, pensáveis, não contraditórias das coisas, reflete sobre si mesmo e desembaraça as possibilidades conferindo-lhes uma essência inteligível que é sua realidade mesma. As essências das coisas são compreendidas na essência divina e a reflexão divina as desembaraça e as integram em sistemas compatíveis. A decisão de Deus confere uma determinada ordem ao que encontra em seu entendimento, como potência ou faculdade de pensar todas as variações possíveis das coisas. Os objetos do entendimento divino, as simples possibilidades, são coeternos a ele, mas mesmo Deus não sendo autor de seu próprio entendimento é sua sabedoria infinita que compõem os mundos possíveis: "Deus digeriu as possibilidades em mundos". Da infinidade dos possíveis, a sabedoria divina faz uma infinidade de infinitudes por reflexão por causa das combinações infinitamente infinitas que produz. Então, quando Leibniz diz que há uma infinidade de maneiras de criar o mundo, isto significa duas coisas, primeiro que poderia haver, dependendo dos decretos divinos que se seguiriam da decisão de criar alguma coisa, muitos tipos de leis ou ordens gerais do universo, segundo que a partir da constituição da ideia de um universo no qual está incluído uma noção primitiva de ordem haveria ainda muitas maneiras de criar o mundo, já que ele poderia ser habitado por diferentes espécies de coisas e elas poderiam se relacionar de muitas formas diferentes. Então, segue da noção principal de ordem de um universo o que deve estar incluído nele. E é, então, que Deus concebe a noção de substâncias possíveis. Assim, podemos dizer que para Leibniz, um mundo possível é um conjunto de noções individuais que envolvem a noção primitiva desse mundo. Estas noções são derivadas das essências vagas, enquanto conjuntos nocionais incompletos e encerram a possibilidade lógica enquanto aquilo que não é autocontraditório. Os mundos possíveis são compostos de noções individuais possíveis que são constituídas pelos decretos livres divinos e a partir do que é pensado pelo entendimento de Deus. Elas são constituídas no sentido de uma reflexão-produção do entendimento divino sobre si mesmo a partir dos possíveis lógicos, ou seja, daquilo que pode ser pensado e concebido por Deus, a partir da noção principal ou lei de ordem do mundo e a partir da noção vaga, constituída de predicados primitivos que precisam ser completados. Portanto a ideia de um mundo implica a distribuição de determinados predicados a determinados indivíduos, a partir de uma noção vaga, a inclusão nele de uma lei geral e a existência de elementos que não são autocontraditórios.

Então, Leibniz pode dizer que a relação entre predicados, séries, acontecimentos e noção completa é intrínseca, necessária hipoteticamente e depen-

dente dos decretos livres divinos sobre a série do universo. Todos os eventos humanos não poderiam deixar de acontecer, como acontecem efetivamente, suposta a escolha feita de Adão, mas não tanto por causa da noção individual de Adão, o que quer que seja que esta noção envolva, mas por causa dos desígnios de Deus que entram também nesta noção individual de Adão e que determinam aquela noção de todo este universo e em seguida tanto aquela de Adão quanto aquelas de todas as outras substâncias individuais deste universo; cada substância individual envolvendo todo o universo, donde ela é parte segundo uma certa relação pela conexão que há de todas as coisas por causa das resoluções ou desígnios de Deus. Cada substância individual deste universo exprime em sua noção o universo do qual ele entra e, não somente a suposição de que Deus tenha resolvido criar Adão, mas ainda aquela de alguma outra substância individual qualquer, encerram as resoluções para todo o resto, porque é a natureza de uma substância individual ter tal noção completa de onde se pode deduzir tudo o que podemos lhe atribuir e mesmo todo o universo por causa da conexão das coisas. Será que poderia haver outros decretos e inclusão de outras leis nas noções completas e determinação de diferentes predicados atribuídos às substâncias? Se for o caso, o segue da noção completa de uma substância seria hipoteticamente necessário e dependente dos decretos livres de Deus, mas isto também poderia significar que Deus poderia editar diferentes decretos, o que mudaria por completo a noção do mundo a ser atualizado. Será?

Conclusão

Quando Leibniz afirma que havia uma infinidade de maneiras possíveis de Deus criar o mundo segundo seus diferentes desígnios e que cada mundo dependeria de alguns desígnios principais ou fins ou o que é o mesmo, do que ele chama, de decretos livres primitivos possíveis ou ainda de leis de ordem dos universos possíveis, que determinam as noções das substâncias individuais e de tudo que entraria em determinado universo, e quando afirma que havia uma infinidade de mundos possíveis, e infinidade de leis, algumas próprias a determinados tipos de mundos e outras de outros tipos, cada indivíduo envolvendo as leis do seu mundo e que os milagres, a sequência do universo, as substâncias individuais dependem de uma ordem geral e quando diz que a resolução de criar Adão depende da resolução que toma sobre a totalidade do universo, ele constrói o instigante conceito de noção primitiva do universo que estabelece a ordem geral e inviolável à qual tudo naquele universo se refere. Quando Leibniz também diz que Deus nada faz fora da ordem e que mesmo as operações extraordinárias só o são em relação às operações ordinárias e que elas devem também estar submetidas a uma ordem mais geral que integra o ordinário e o extraordinário, ele está fazendo referência à noção primitiva.

Interpretamos esta noção como uma macroestrutura modal de ordem. A noção primitiva é uma noção geral de ordem modal. Ela institui as possibilidades de um mundo. É ela que configura o necessário, o contingente, o existente, o não existente e o possível e o impossível em um mundo. A partir desta noção primitiva de ordem é que são geradas as possibilidades físicas e históricas de um mundo, já que as possibilidades lógicas são anteriores aos decretos livres divinos, como vimos. O que Leibniz chamaria de mundos possíveis fisicamente são mundos que a partir da noção primitiva editada pelos decretos divinos possuiriam leis de movimento, de causalidade, de sequência e de simultaneidade. Diferentes mundos fisicamente possíveis poderiam possuir diferentes leis de sequência, de movimento, de causalidade e de simultaneidade, mas não poderiam não ter leis, e poderiam também possuir diferentes tipos de causalidade interna, mas todas elas deveriam estar submetidas a uma lei de ordem mais geral dependente da noção de ordem modal primitiva que por sua vez dependeria de diferentes desígnios divinos. Este é o conceito de mundos fisicamente possíveis em Leibniz que advém de seu debate com Arnauld. O que seria interessante fazer hoje é interpretar este conceito de mundo fisicamente possível com a instigante noção de que diferentes mundos poderiam ter diferentes constantes físicas e, assim, usar a cosmologia leibniziana para dialogar com a cosmologia científica contemporânea.

Referências bibliográficas

LEIBNIZ, G. W. *Essais de Théodicée: Sur la bonté de Dieu, la liberté de l'homme et l'origine du mal*. Préface et notes de Jacques Jalabert. Paris: Aubier Montaigne: 1956.

_____. *Discours de Métaphysique et correspondance avec Arnauld*. Introduction, textes et commentaire par G. Le Roy. Paris: Vrin, 1993.